

Do diversionismo cotidiano às Políticas Públicas Nacionais e Internacionais voltadas a enfrentar as Mudanças Climáticas: a formação do educador ambiental popular

Marcos Sorrentino

Director de Educación Ambiental do Ministerio de Medio Ambiente. Departamento de Ciencias Ambientais da Universidade de São Paulo. Coordinador do Laboratorio de Política Ambiental da USP (Brasil)

As inúmeras pequenas tarefas cotidianas e as atividades de lazer que nos distanciam de nós mesmos, não permitindo olhar no espelho em busca do eu e a alienação e o diversionismo que nos afastam das perguntas essenciais para cada indivíduo, para cada grupo social e para a humanidade, não parecem ser o melhor caminho para conseguirmos estabelecer um pacto de co-existência na Terra que permita a continuidade e a melhoria da Vida.

A questão do aquecimento global e das mudanças climáticas coloca de forma enfática e dramática a necessidade de aproveitarmos cada minuto de nossos dias atuais para atuarmos pelo Bem Comum.

Não é momento para concessões a nossa inércia comportamental, para a auto-complacência ou mesmo para tergiversar sobre a probabilidade disto ocorrer num futuro muito remoto dando tempo para a ciência encontrar alternativas de solução ou pelo menos de mitigação.

É uma grande oportunidade para nos conectarmos para dentro e para fora de cada um, de cada grupo (familiar, tribal, social), de cada comunidade, estado ou país, unindo-nos para enfrentar não só as causas das mudanças climáticas mas as de

todas as mazelas sociais que nos distanciam da plena felicidade de Ser Humano.

Não é possível vivermos uma humanidade que ainda extingue diariamente outras espécies com as quais compartilha o Planeta, que degrada o solo, o ar e a água como quem “cospe no prato que comeu”, que elimina línguas e culturas tradicionais numa faina homogeneizadora e demente, pautada pela mercantilização e concentração dos lucros.

Não é possível suportar a informação de sermos 800 milhões de pessoas famintas e uma enorme parcela da humanidade abaixo da linha da pobreza.

Continua-se a matar e morrer por intolerância racial, religiosa, sexual, política e por inúmeros motivos mais absurdos ainda como a cobiça e a inveja. A violência cotidiana da falta de diálogo e alternativas de educação, trabalho e lazer para as crianças e jovens continua a fazer vítimas em todo planeta. Os idosos e os “não-produtivos em geral”, continuam à margem das decisões e das políticas de inclusão.

Precisamos nos conectar em torno de valores essenciais e imemoriais como o amor ao próximo e o desejo de paz para todos e para cada um. Paz construída não apenas com a ausência de guerras, mas também pelo respeito aos direitos humanos e liberdades democráticas já

consagrados em acordos e documentos internacionais.

Conectarmo-nos em grupos de reflexão e ação (os Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire ou as Comunidades Interpretativas e as Comunidades de Aprendizagem sugeridas por Habermas, Carlos Brandão e tantos outros e outras) tendo em mente a humanidade e cada pessoa.

Comunidades de Aprendizagem pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida, formando e alimentando-se da atuação de seus participantes como educadores ambientais populares.

Nossa incansável ambição e procura deve ser a formação de milhões de Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem por todo o planeta. Nas Escolas e Associações de Vizinhança, Sindicatos e Grupos Ambientalistas, Igrejas e Partidos Políticos, famílias e equipes esportivas...enfim, grupos de convivencialidade, onde a relação afetiva e o compromisso político impliquem em laços fortes de responsabilidade com as decisões comuns.

Esses **grupos** serão capazes de promover tais mudanças comportamentais e de valores que o momento atual está a exigir e que as convenções e acordos governamentais ou o mercado têm sido incapazes de realizar.

São mudanças construídas a partir do cotidiano de cada um, de cada casa, bairro e cidade, mas exigem a decidida **ação governamental** e das **organizações empresariais** e da **sociedade civil organizada**.

Ações indutoras da sensibilização e mobilização popular, mas também de atendimento às demandas que serão suscitadas por um autêntico processo de participação, através de políticas públicas e de projetos específicos que valorizem e respondam às responsabilidades assumidas pelos indivíduos e grupos sociais.

Portanto, estamos falando de pessoas e grupos deixando de estar com “a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar”, ou de “tudo isto acontecendo e eu aqui parado dando milho aos pombos”, como diz um poeta/músico brasileiro. Precisamos de todas e de cada pessoa. São mudanças no modo de produção e de consumo da humanidade, que exigem a tomada de posição e ações de cada uma. Basta às “baladas intermináveis” e ao matar o tempo com atividades diversionistas e descomprometidas!

Estamos falando também de ações coletivas indutoras das atitudes e ações individuais e dos pequenos grupos de cidadania. Estamos falando de educação ambiental popular e de formação de educadores e educadoras ambientais populares.

Uma proposta neste sentido será apresentada na sequência, objetivando abrir o diálogo com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e outras comunidades falantes do galego e do português, bem como com os países de fala hispânica e outros que venham a se interessar.

O interesse inicial é demonstrar ao sistema das nações unidas e às demais comunidades de falantes de uma mesma língua a necessidade e as possibilidades de ações coordenadas entre países pelo Bem Comum. É também fortalecer sistemas nacionais de educação ambiental comprometidos com a participação e melhoria da qualidade de vida de todos. Mas é, acima de tudo, nos potencializar e estimular cada pessoa, grupo e país para o enfrentamento eficiente e eficaz das grandes questões socioambientais planetárias, fazendo de tal enfrentamento uma oportunidade para o crescimento e felicidade de cada ser humano e de toda a humanidade.

Por uma Política Internacional de Educação Ambiental

A educação ambiental (EA) foi definida como a primeira das prioridades na Plataforma de Cooperação da Comunidade

de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na área Ambiental, durante a Reunião de seus Ministros de Meio Ambiente, ocorrida no dia 26 de maio de 2006, em Brasília.

O Sistema das Nações Unidas definiu o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Inúmeros encontros nacionais e internacionais estão apontando demandas diversas de EA e cada vez mais os protagonistas das Convenções Internacionais no campo ambiental constatarem e declarem que não há como viabilizar as mudanças com a radicalidade que o momento exige, sem a mobilização, participação e educação de todas as sociedades.

Como exemplos, pode-se citar que 95% das escolas no Brasil, segundo uma recente pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Normas Pedagógicas do Ministério da Educação, afirmam desenvolver atividades de EA. Uma grande parte dos 5560 municípios brasileiros afirmam realizar atividades de EA em pesquisas de 2002 e 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Independentemente dos questionamentos que já começam a suscitar novas pesquisas voltadas a saber *“o que fazem as escolas e os municípios que dizem que fazem EA”* é importante assinalar a significativa presença da intenção de se fazer EA nas bases da sociedade brasileira. A estas pesquisas podem-se agregar os resultados da

pesquisa realizada no final de 2005, por uma conceituada organização não governamental brasileira - ISER, junto a 1100 dos 1300 delegados-representantes de todas as Unidades Federativas e dos distintos setores da sociedade brasileira na II Conferência Nacional de Meio Ambiente. Nela a EA é apontada como a atividade mais realizada nas organizações de origem dos delegados e atribui-se um alto grau de positividade ao Programa Nacional de EA.

Objetivando estimular o diálogo entre os países para estabelecer-se Plataformas, Políticas e Programas Internacionais de Educação Ambiental apresenta-se a seguir uma proposta que vem sendo trabalhada pela Diretoria de EA do MMA para ser submetida aos participantes dos Foros nacionais e internacionais que irão ocorrer em 2007.

Tal proposta deve realizar-se através de dois eixos de atuação:

- . estímulo e apoio à construção dos sistemas nacionais de EA enraizados territorialmente, que permitam fazer frente às questões socioambientais locais, nacionais e regionais;
- . campanhas de comunicação coordenadas entre os países participantes, objetivando o engajamento cotidiano de cada pessoa nas questões socioambientais planetárias.

O enfrentamento do **aquecimento global e das mudanças climáticas** é proposto

como o tema gerador capaz de mobilizar e alavancar as inúmeras questões e problemáticas nacionais e locais a isto associadas, permitindo trabalhar-se a sua interface com as questões da desertificação, da perda da biodiversidade e da carência e degradação da água, dentre outras. Para que o processo não seja efêmero e fragmentado, como uma nova moda que não transforma atitudes, comportamentos e valores, é fundamental a existência de Sistemas Nacionais de EA, pautados pela perspectiva de promover processos educacionais e ambientalistas que tenham permanência e continuidade, sendo destinados à totalidade dos habitantes da base territorial onde atuam de maneira articulada.

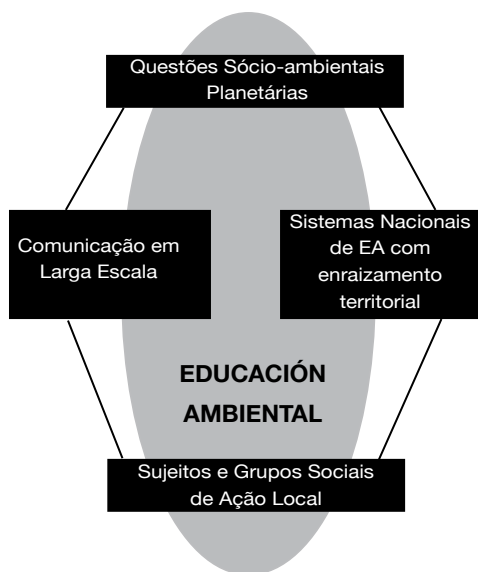


Figura 1

Para o desenvolvimento destes eixos, apresentam-se a seguir algumas sugestões a serem debatidas, aprimoradas e encaminhadas para um amplo diálogo com todos os setores que atuam no campo da educação ambiental em cada país. As Redes de Educação Ambiental e outras organizações da sociedade se constituem em relevantes parceiras para o delineamento e implementação desta Proposta.

“Coidar o Mundo é Cousa de todos” (palavra de ordem expressa em folheto comemorativo do Dia Mundial do Meio Ambiente de 2005, do Centro de Extensión Universitária e Divulgación Ambiental de Galicia - CEIDA) e *“Vamos Cuidar do Brasil”* (mote das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, realizadas no Brasil em 2003 e 2005), são dois temas que podem servir de referência para uma ação coordenada destinada a estimular em toda a sua base o compromisso cotidiano, de cada um e de cada uma, com a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Como benefício conexo desta cooperação, lançada simultaneamente em vários países, pode-se mencionar o estímulo à percepção e à compreensão de uma identidade que fortalece o idioma e o sentimento de pertencer a uma nação e a uma comunidade de países, contribuindo também para o sentir-se pertencente à própria Terra - a Terra-Pátria ou Máttria, como dizem alguns autores.

Fundamentando o desenvolvimento desses eixos de atuação estão documentos debatidos e aprovados em eventos internacionais de educação ambiental realizados nas quatro últimas décadas, dando-se especial destaque para o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado no processo preparatório da Rio 92 e aprovado na Conferência do Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais.

A Carta da Terra, o Manifesto pela Vida, as Convenções e o documento final aprovado na Rio 92, bem como as Declarações de Tbilissi e Thesalonick também são documentos de referência na área. A eles deve-se agregar os programas de EA produzidos de forma participativa no diálogo entre países, como é o caso do PLACEA – Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental e mesmo os exemplos de países e regiões que já elaboraram as suas políticas e programas nacionais de EA, apontando a necessidade e importância de Sistemas Nacionais de EA.

Os documentos sobre as Convenções Internacionais de Meio Ambiente, especialmente aqueles relacionados às mudanças climáticas, perda da biodiversidade, desertificação, segurança alimentar e diversidade cultural, são essenciais para a fundamentação da presente proposta.

Para cumprir um papel educacional, “empoderador” dos indivíduos e grupos no sentido de contribuir para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida de cada um e de todos, uma ação de educação ambiental de larga escala exige a cooperação de um sistema capilarizado de apoio e referência para as ações de cidadania, contribuindo para qualificá-las para a solução de problemas e para o processo de aprendizagem aprofundado de seus sujeitos e atores.

A produção de vinhetas para rádios e televisão, ou de outras peças de comunicação para jornais e revistas, expressando os compromissos e mensagens de cada um ou de cada grupo, exige, além do incentivo advindo de uma Campanha Internacional, o estímulo e apoio a produção e divulgação das idéias, ações e propostas dos atores locais.

Como exemplo, pode-se citar o incentivo à ação cidadã para o plantio de árvores. O ciclo de vida da árvore (da colheita da semente à produção de muda nos viveiros; do plantio na terra aos cuidados para o seu desenvolvimento; da convivência e participação dela nos demais ciclos de vida ao seu papel na manutenção dos sistemas naturais) pode ser um excelente elo entre questões ambientais planetárias (alterações climáticas/ desertificação/ biodiversidade) e a ação cidadã.

Estimular indivíduos e grupos sociais a tomarem uma atitude em relação às sementes presentes em seu cotidiano ou em relação à produção e plantação de árvores e outros seres vegetais para resolver problemas locais e permitir-lhes visualizar a contribuição que estas ações podem dar para o enfrentamento das grandes questões ambientais planetárias pode ser um procedimento inicial capaz de mantê-los mobilizados em prol de outras iniciativas apropriadas a diferentes realidades e contextos locais e planetários.

Para isto, as duas dimensões são necessárias: a Campanha nos meios de comunicação e a possibilidade do indivíduo (sensibilizado por ela) poder recorrer a um conjunto de instituições locais que lhe respaldem em seu desejo de atuar e o potencializem para se auto-educar neste processo, contribuindo para a educação de mais e mais pessoas.

Sistemas Nacionais ou Territoriais de EA

As características básicas desejadas para cada País ou Comunidade ter condições de suportar a ampliação da demanda cidadã por cooperar na superação das questões socioambientais, são:

1. Promover a **sinergia** de recursos e potencialidades, promovendo uma ação articulada entre as instituições que atuam com educação, formal e não formal, com meio ambiente e EA, em cada base territorial com a qual se pretende atuar. O primeiro passo neste sentido deve ser o do **mapeamento e diagnóstico participativo** do estado da educação ambiental através da criação e/ou fortalecimento de **Coletivos Educadores** capazes de acolher e potencializar a demanda cidadã;
2. Orientar as ações para uma EA **comprometida com a democracia e a vida**, refutando qualquer tipo de totalitarismo e voltando-se à **totalidade** dos habitantes da sua base territorial de atuação, procurando envolvê-los de forma **permanente e continuada**;
3. Promover **processos educacionais sincrônicos** nas bases territoriais onde atuam. Sugere-se a adoção de distintas modalidades de ensino/aprendizagem e a utilização de métodos e técnicas que promovam a participação, a pesquisa e o aprender fazendo solidariamente;
4. Ter a EA e **recursos** para ela previstos **em Lei** e nos orçamentos plurianuais;
5. Estimular e apoiar a **participação de todos** os atores da EA (notadamente da sociedade civil) nas distintas esferas de planejamento, avaliação e decisão do Sistema Nacional de EA;
6. Definir **momentos** (encontros, seminários e outros) e **processos** (redes, intercâmbios, acordos e outros)

- nacionais e internacionais, para o **diálogo** entre pessoas e instituições sobre iniciativas, reflexões, projetos, programas e políticas públicas de EA;
7. Disponibilizar ao grande público informações sobre EA, estimulando a **comunicação** com finalidades educacionais;
 8. Delinear e implementar participativamente o **Sistema** Nacional ou Territorial de Educação Ambiental.
 9. Promover diálogos e **cooperação internacional** de alto nível voltada ao aprimoramento das **políticas públicas** nas áreas e a assinatura e implementação de acordos de cooperação entre projetos, programas e comunidades dos países envolvidos;
 10. Desenvolver **Campanhas** de Comunicação de Massa simultâneas nos países e comunidades envolvidos;
 11. **Ação coordenada** junto a outras nações e instâncias de cooperação internacional para promover a EA em todo Planeta;
 12. **Busca cooperativa de recursos**, apoios e patrocínio que promovam o incremento da EA em todas as comunidades participantes.

Educação Ambiental Popular

Enfim, a proposta é a de uma ação educacional, modelar, voltada à construção

de sociedades sustentáveis, através da promoção de ações cotidianas de sujeitos de uma mesma comunidade linguística comprometidos com a convergência e popularização das principais convenções ambientais das Nações Unidas.

A construção de alternativas cotidianas de ação pessoal e coletiva na adaptação às mudanças climáticas e no enfrentamento das causas do aquecimento global, exige a popularização dos conhecimentos científicos através da sua comunicação com finalidade educacional.

Portanto, potencializar cada humano e seus grupos sociais para a construção coletiva de sociedades sustentáveis, torna-se o maior desafio para todas as forças que se aliam hoje no campo ambientalista de luta pela VIDA.

Isto exige debatermos quem é o educador e a educadora ambiental que desejamos formar. Abaixo, neste item, transcrevo parte dos meus escritos para um texto sobre o tema que estou escrevendo com Carlos RODRIGUES BRANDÃO.

Quando se desenvolve um projeto ou programa educacional voltado à formação de pessoas que atuem como educadoras ambientais populares, são comuns perguntas do tipo:

Quem é o educador ou a educadora ambiental popular?

Como ele e ela se formam? Onde e de quais maneiras atuam?

Qual é o perfil da educadora ou do educador ambiental a ser formado?

Algumas respostas, que também são perguntas, emergem na sequência:

É uma pessoa comprometida com a emancipação da classe trabalhadora ou com a emancipação de todos os seres humanos?

É empreendedor(a), protagonista, líder, um ser humano exemplar, cidadã ou cidadão, uma pessoa que busca, um indivíduo que dialoga com os outros e consigo próprio?

É Humanista? Socialista? Anarquista? Comunista? Democrata? Social-democrata? Democrata-cristão? Capitalista? Liberal?

Cristão ou Cristã? Católico(a)? Protestante? Judeu? Muçulmano? Budista? Taoista? Esportista? Macrobiótico? Vegetariano? Ciclista?

Bem falante? Bom ouvinte, atencioso? Prestativo? Ponderado? Introspectivo? Extrovertido? Solidário? Cooperativo? Fuma maconha? Cigarro careta? Cheira cocaína? Toma pinga e cerveja? Consome açúcar?

É trabalhador(a)? Trabalha por necessidade ou é viciado(a) em trabalho?

Deve ter no mínimo o ensino fundamental completo? Ser alfabetizado? Ter ensino superior? Ter renda mínima? Estar na escola? Não ter terra ou qualquer outra propriedade?

Morar na periferia? Ser agricultor ou agricultora familiar?

Deve saber cálculo diferencial e integral? Deve escrever bem?

Ao final do processo de ensino deve estar habilitado(a) a conduzir reuniões e elaborar projetos e relatórios?

Debater as características, as habilidades e a ideologia da educadora ou do educador ambiental popular pode levar a opções reducionistas e autoritárias. Ao mesmo tempo, como definir um processo educacional sem dizer onde se quer chegar e de onde se quer partir ou de onde se está partindo?

Ter convicções sem querer impô-las aos outros. Querer que os outros compartilhem daquilo que nos faz bem, que nos ilumina, respeitando as demais opções e necessidades. Traçar caminhos. Construir processos educacionais pautados pela construção de arenas, espaços de aprendizagem, de diálogo, onde o que quero ensinar tenha como pré-requisito o desejo de aprender e o estímulo à capacidade de análise crítica do outro.

Ser assertivo e propositivo, ter iniciativas e ser criativo é fundamental, mas mais importante ainda é conseguir estimular e propiciar a assertividade, a iniciativa, a criticidade (como capacidade reflexiva, analítica e intuitiva) e a criatividade nos outros. A todas e a cada pessoa a vontade e a capacidade de imaginar e enunciar o

seu projeto de futuro e a disposição de dialogar sobre ele, aprimorá-lo e construí-lo individual e coletivamente.

Outra questão que se coloca é de caráter metodológico. Como formar lideranças? Protagonistas? No grupo, nos processos educacionais, a liderança e o protagonismo de uns estimula ou inibi a liderança e o protagonismo de outros?

Para estimular, é necessário, em primeiro lugar, que a questão se coloque individualmente e ao grupo.

Em seguida, é preciso exercitar-se cotidianamente a humildade, o despir-se da vaidade e da necessidade de ser líder, sem perder a vontade de fazer, de cooperar, de auxiliar, sem receio de em certos momentos protagonizar e liderar. No livro *O TAO da Liderança*, de Lao Tsé, encontramos importantes provocações neste sentido e em livros e textos de Boaventura de Souza Santos, Carlos Rodrigues Brandão, Rubem Alves, Eda Terezinha de Oliveira Tassara, Krisnamurti, Roberto Freire e outros bons escritores anarquistas depreendemos a compreensão de uma “vanguarda que se auto-anula”, de uma liderança que sai de cena para a emergência de novas lideranças e para o desenvolvimento de processos auto-gestionários.

Em terceiro lugar, deve-se realizar planejamentos estratégicos, participativos, incrementais e articulados, propiciando a

cada passo que o aprendizado obtido com ele seja socializado, interiorizado em cada um e no grupo e permita as redefinições na caminhada, re-direcionando as velas, o rumo, as estratégias e até mesmo os objetivos.

Dar o testemunho é fundamental! Testemunho de disposição ao diálogo. Ter tempo para o outro. Saber ouvi-lo e considerá-lo interlocutor para o seu pensamento e opiniões, incomodando-o, estimulando-o a pensar e a expressar-se, mas dando-lhe segurança de que, seja qual for a opção que ele fizer, continuará a tê-lo como interlocutor/educador (amigo ou amiga, pai, mãe, irmão ou irmã, filho ou filha, professor ou professora, pastor ou pastora, padre ou madre, psiquiatra ou psicólogo(a), estudante, servidor público ou atendente no comércio, entrevistador ou vendedora...).

Portanto, ser educador ou educadora ambiental popular, exige ter conteúdos e objetivos a perseguir, mas sejam quais forem eles, são apenas suporte para um objetivo maior de propiciar a todos e a qualquer um, o acesso ao diálogo empoderador. O diálogo crítico e acolhedor que permite a tomada de posições pautadas nas próprias convicções e na capacidade de revê-las e incrementá-las em direção à construção do seu projeto de futuro, dos seus sonhos e utopias. Diálogo que permita abrir-se ao próximo e planejar e avaliar juntos. Diálogo consigo mesmo,

com os ventos, com as árvores, com os animais, com outros seres e energias que povoam os nossos sentimentos, a nossa alma e enriquecem o nosso espírito. Diálogo com a sociedade, procurando entendê-la criticamente, historicamente, conjunturalmente, em toda a sua estrutura e contradições, de forma a sentir-se potente para transformá-la com os outros e para o bem de todos.

Diálogo voltado à superação das posturas e ações competitivas, intolerantes, homogeneizadoras, machistas, massificantes, imediatistas, predatórias e gananciosas, para o incremento dos conhecimentos e compromissos de toda a humanidade e de cada um com a VIDA, a democracia, a solidariedade, o repúdio a todo e qualquer tipo de totalitarismo, a diversidade, a paz, a justiça, o amor e a emancipação humana.

A Rede de Educação Popular e Ecologia (REPEC), vinculada ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), oportunizou a troca de experiências entre inúmeras atividades neste campo que ocorrem em praticamente todos os países da região. Há uma coletânea, coordenada por Joaquim ESTEVA, em 1994, que relata algumas dessas experiências. Nele pode-se encontrar uma definição para Educação Popular Ambiental: *“es um proceso formativo permanente, que desde una perspectiva política, proporciona elementos teóricos y prácticos com la finalidad de modificar actitudes, elevar la comprensión*

y enriquecer el comportamiento de los sectores populares en sus relaciones sócio-culturales y con el medio biofísico, em vías de la construcción de sociedades sustentables que, con equidad social, respondan a las particularidades culturales y ecológicas existentes”.

Pode-se ainda perguntar, mas qual é a razão para incluir-se o adjetivo popular na EA ou o ambiental na EP?

Uma possível resposta é apontar a perspectiva de romper com a idéia de profissão e de formação de especialistas trazendo a EA para o campo da práxis cidadã, a ser exercida por todas as pessoas cotidianamente. Outra, é argumentar a respeito do ideário ambientalista percolando a educação popular e vice-versa, debatendo-se os seus argumentos ideológicos relacionados a busca de uma outra forma de produção e consumo, de organização e relacionamento nas sociedades humanas, distinta da ordem capitalista hegemônica na modernidade.

O mais importante é que o educador e a educadora ambiental popular promovam o debate de tudo isto, propiciando a enunciação das utopias, o debate crítico voltado ao amadurecimento dos projetos individuais e coletivos e as ações coordenadas no sentido da construção dos mesmos.

A política de Educação Ambiental do Órgão Gestor da EA no Brasil

“Educação Ambiental para um Brasil de todos” é a frase estampada numa publicação do Governo Federal, de 2003. Pode-se dizer que ela sintetiza a incessante busca do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental no país nestes últimos quatro anos.

Como propiciar a 186 milhões de brasileiras e brasileiros o acesso permanente e continuado à educação ambiental de qualidade?

Como construir uma política estruturante de Educação Ambiental (EA) que propicie a todas e a cada pessoa tornarem-se educadoras ambientais de si próprias, atuando neste mesmo sentido junto aos outros, especialmente nas suas tribos de convivencialidade?

Como as políticas públicas governamentais de EA se tornam políticas de Estado e da Sociedade, dialogando com os sujeitos da sua realização cotidiana, sujeitos esses que há mais de 30 anos vêm construindo-a como uma referência internacional na área?

Como este diálogo permite ao Estado ouvir e atender aos reclamos e propostas da sociedade e tem nela a sua principal aliada para implantar as políticas públicas?

Como tais políticas de EA podem contribuir para o enfrentamento das grandes questões socioambientais da contemporaneidade e ao mesmo tempo cumprir os objetivos maiores da educação, relacionados à emancipação humana?

O que mobilizou e continua a mobilizar o Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é a construção de um Sistema Nacional de EA (SISNEA), articulado, integrado e integrador, capaz de atender à formação permanente e continuada de **educadores ambientais populares**, formadores e anima-dores de grupos locais de atuação e reflexão (aprendizagem) sobre e pelo meio ambiente e qualidade de vida.

Estes grupos locais recebem o nome de Com-Vida. Nas escolas – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e nas comunidades – Comunidades de Aprendizagem sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

Para “alimentar” estes educadores ambientais populares em suas práxis junto às Com-Vidas, estimula-se a união das instituições de caráter educacional e ambientalista que atuam em cada base territorial deste imenso país.

O tamanho desta base territorial vai variar em função das condições de deslocamento, número de habitantes e condições de atuação das instituições que

se unem para criar o **Coletivo Educador** (CE) da região.

Portanto, **Educadores(as) Ambientais Populares, Com-VIDAs e Coletivos Educadores**, são a base do Sistema, para a qual devem convergir os esforços de todos os seus demais componentes.

Quais são os demais componentes e como podem contribuir para a existência de um Sistema que promova uma EA permanente, continuada, integrada e junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial deste país?

No âmbito federal a instância coordenadora da Política Nacional de EA é o **Órgão Gestor** (OG) composto pelos titulares dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC). Funciona assessorado por um Comitê Assessor (com treze

representantes dos mais diversos setores da sociedade brasileira).

O esquema abaixo procura representar os diversos componentes deste Sistema em construção (**Figura 2**):

(com quatro eixos transversais: Fundos Socioambientais; Encontros Presenciais; Sistema de Comunicação; Redes e outras modalidades de organização setorial; e cinco instâncias de coordenação junto a base territorial à qual se destina: Órgão Gestor e seu Comitê Assessor, para políticas públicas nacionais; CIEAs em cada Unidade Federativa; Coletivo Educador em cada território por eles definido; MES em cada município e conjunto de municípios; Com-Vida no âmbito local das tribos de convivencialidade).

Um Programa central na estruturação do SISNEA é o “Município Educador Sustentável”.

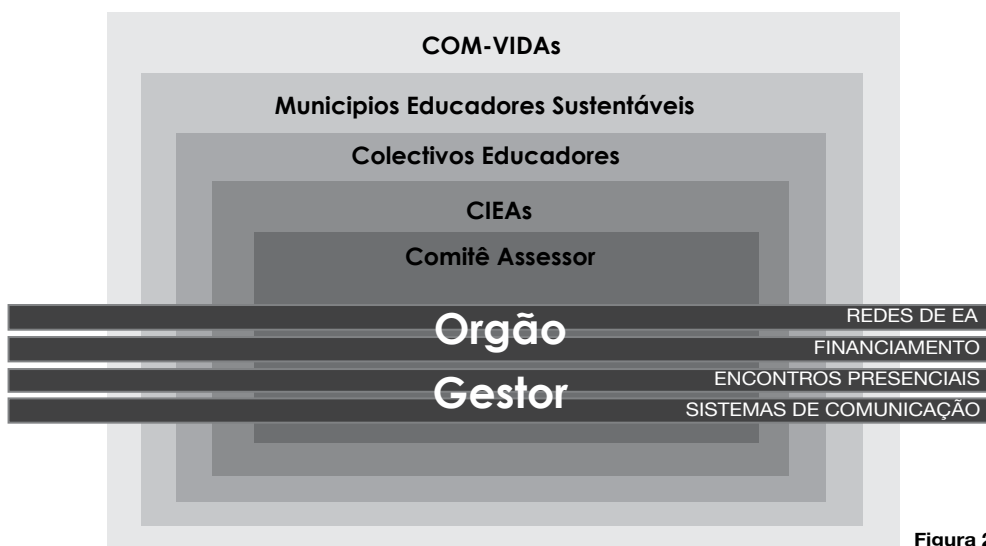


Figura 2

A sua implementação (ainda inicial) propiciará gradativamente a incorporação de uma instância de gestão/coordenação da EA na esfera mais capilar de governo, no estado brasileiro, que é o Município. Essas instâncias de gestão democrática e participativa da EA no município devem se tornar as principais responsáveis pelo apoio às Com-Vidas e seus educadores ambientais populares, articulando as relações e ações com os Coletivos Educadores regionais.

Como instâncias coordenadoras em cada uma das 27 Unidades Federativa, existem as Comissões Interinstitucionais de EA (**CIEAs**). O esforço da atual gestão do OG tem sido não só o de torná-las presentes em todas as UFs, mas de promover a sua efetiva democratização e reconhecimento por todos os atores do campo da EA, identificando nela a responsabilidade pela elaboração da Política e do Programa Estadual de EA

A **Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA)** e mais de 40 Redes regionais e setoriais, são efetivos mecanismos autônomos dos educadores e educadoras ambientais, de intercâmbio de informações, participação e controle social.

A Rede de **Fundos Socioambientais** (locais, regionais e nacionais) que começa a ser implantada, capitaneada pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, objetiva se constituir como um efetivo mecanismo de descentralização e democratização do acesso a recursos financeiros.

As Conferências Nacionais de Meio Ambiente (de adultos e infanto-juvenil) e os Fóruns Nacionais de EA (organizados pela REBEA), constituem-se em importantes momentos de **encontros presenciais**, onde trocam-se experiências, debatem-se diretrizes e prioridades para o Sistema Nacional de EA e suas interfaces e elaboram-se agendas de reivindicações e de luta para todos os atores deste campo.

Para aproximar e promover a sinergia entre as ações dos diversos atores sociais do campo da EA, necessita-se de **mecanismos de comunicação** democráticos e descentralizados que permitam o livre acesso a cada pessoa e instituição interessada em fazer EA e se comunicar. O SIBEA (Sistema Brasileiro de Informações em EA) e o EA.Net (o canal virtual da EA), aliados às inúmeras produções locais e regionais de programas radiofônicos e vídeos, jornais, boletins, portais e outros instrumentos de comunicação virtual e pautados pelo Programa Nacional de Educomunicação, vão delineando o formato de um sistema nacional de comunicação em educação ambiental.

Diversos **Programas e Projetos** promovidos pelo MMA e pelo MEC e por outras instâncias e instituições mencionadas acima são o insumo cotidiano para a estruturação e funcionamento de um Sistema Nacional de EA.

É importante ainda mencionar que o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos com suas Câmaras Técnicas de EA são instâncias normatizadoras na área. Da mesma forma, o Conselho Nacional de Educação é responsável por emitir resoluções que normatizam a EA no sistema formal de ensino. A relação entre o SISNEA e outros Sistemas e seus Conselhos e instâncias do poder executivo, legislativo e judiciário nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) é mais um ponto de debate na extensa agenda de prioridades para a consolidação da Política e do Programa Nacional de EA.

Hoje, o eixo do enraizamento da EA no país passa inicialmente pela meta de consolidar-se aproximadamente 300 Coletivos Educadores em todo país, como referência para as diversas políticas de formação, capacitação, educação, comunicação, mobilização do MMA e de outros Ministérios, das CIEAs e das Redes e outros atores do campo educacional, ambientalistas e da EA.

Mas é preciso visualizar-se e debater-se com profundidade os demais passos deste enraizamento, pois não podemos perder de foco o nosso grande objetivo e missão de termos 186 milhões de brasileiros e brasileiras (sem falar dos mais de seis bilhões de humanos) aproximadamente, atuando como educadoras e educadores ambientais populares, desenvolvendo-se

como seres humanos em busca de seus projetos de futuro e de felicidade.

Esses demais passos têm duas vertentes principais:

Um consistente e flexível desenho de capilaridade que permita ao Sistema funcionar como tal, alimentando e vitalizando todas as suas partes, mesmo quando há descontinuidade em algumas delas, funcionando como um ecossistema ou um organismo vivo que aciona suas defesas e mecanismos de compensação, quando enfrenta alguma dificuldade localizada.

Por exemplo, se o governo federal retrocede em um programa ou projeto, as CIEAs e outros atores o assumem. Se exorbitar em suas funções e procura impor alguma proposta, o Comitê Assessor, os Fóruns, as Conferências e as Redes dão o alerta e criam as condições de resistência desde a base. Se uma CIEA constitui-se apenas de atores governamentais (chapa branca) ou fica refém dos desígnios de uma ou poucas instituições, todo o Sistema contribui para que Coletivos Educadores, Redes, Com-Vidas, Salas Verdes e outros atores daquela unidade federativa, sejam alimentados independentemente do boicote ou ineficiência da CIEA. Se o Coletivo Educador de uma região não funciona, as Redes, as Salas Verdes e outros atores da EA na região apóiam as Com-Vidas e os educadores ambientais populares em suas ações.

Inúmeras tarefas estão em pauta: o fortalecimento da Rede de Coletivos Educadores; a formação continuada dos participantes iniciais desses Coletivos (os chamados PAP2 - sigla advinda das expressões “pessoas que aprendem participando” e grupos de “pesquisa-ação-participante”); a atribuição de certificados aos participantes dos PAPs2, 3 e 4 (para maiores informações sobre isto veja o site www.mma.gov.br e de certificação de qualidade dos Coletivos; a captação e destinação de recursos para o aprimoramento das ações do Coletivo e para os Fundos de financiamentos a pequenos projetos de EA; dentre outros temas estruturantes. É preciso também debater aprofundadamente os projetos políticos pedagógicos dos CEs e o aprimoramento das capacidades educacionais de seus participantes.

A segunda vertente é a da comunicação em larga escala. As campanhas nacionais, a produção e disseminação da produção já existente de materiais didáticos e de outros que possam cumprir papel educacional, a utilização da TV e Rádios comunitárias e escolares, ou da mídia de impacto nacional. Aqui praticamente está tudo por ser construído. Temos um Programa de Educomunicação Socioambiental, o SIBEA, o EA.Net, a campanha “EA. no Ar”, alguns projetos e atividades e outras iniciativas de referência na sociedade brasileira. É preciso avançar-se na comunicação mobilizadora da cidadania. Realizar

campanhas que entrem no cotidiano de cada pessoa, que as sensibilizem para atuarem nas causas socioambientais, a procurarem ou a formarem Com-Vidas, Coletivos educadores, Salas Verdes e outras estruturas educadoras próximas de suas casas e trabalhos.

Produzir processos de EA à distância através da Internet e de Kits educacionais a serem amplamente distribuídos aos Coletivos, Com-Vidas e outras estruturas educadoras.

Sincronizar as atividades dos Coletivos Educadores com estas atividades à distância e estimular/facilitar a criação/fortalecimento do Programa Nacional e dos Programas Estaduais/Regionais de EA, consorciando Universidades e outros atores institucionais.

Outros pontos importantes no debate do Sistema são: a existência de um Órgão gestor no âmbito do estado e do município; o papel da CGEAM IBAMA junto ao OG Nacional e dos NEAs/IBAMA em cada Unidade Federativa junto às CIEAs e o seu OG ; a necessidade de Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente ou de Consórcios de Municípios ou Comitês de Bacia Hidrográfica que criem e promovam tais Fundos de Meio Ambiente que financiem projetos de EA e que também promovam a elaboração de legislação municipal sobre MA e EA.

Nos últimos dias de agosto ocorreu um Encontro de Especialistas em Educação Ambiental voltado a criação do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, tendo por objetivo maior a promoção de diálogos e ações educacionais e ambientalistas, através de uma Rede de Atores Sociais capilarizada numa região que abrange cinco países (Paraguai, Brasil, Bolívia, Argentina e Uruguai) e aproximadamente 132 milhões de habitantes. A receptividade dos participantes a uma proposta voltada a aprofundar os diálogos sobre políticas públicas de formação de educadores ambientais através de coletivos institucionais territorializados, como pontos centrais de uma proposta de enraizamento e expansão da EA que vem sendo feita a inúmeras mãos, há décadas, em inúmeros locais de todo Planeta, renovam as expectativas e esperança sobre a possibilidade de avançar-se simultaneamente no global e no local.

Um fato a ser destacado neste Encontro foram as três apresentações de educadoras e educadores ambientais que estão sendo formados na região. Uma menina deficiente auditiva, uma catadora de papéis e um aposentado que foi fazer o curso por insistência do neto. Além das suas falas de agradecimento pela oportunidade de voltarem a estudar, afirmavam um compromisso de levarem os aprendizados e oportunidades para o aprendizado das pessoas que estavam em

suas relações cotidianas como catadores, deficientes auditivos e aposentados.

É preciso ampliar os mecanismos sociais para ouvi-los com frequência, sistematizar os seus depoimentos e possibilitar a todos se ouvirem e se expressarem. Apenas assim superaremos o habitual seqüestro de toda mobilização social para os campos de poder de uma antiga, arrogante e decrépita elite econômica e intelectual, que insiste em manter as bases da sociedade brasileira à margem das instâncias e processos de enunciação dos sonhos individuais e dos diversificados projetos coletivos de futuro, distanciando-as da oportunidade de se co-responsabilizarem pela construção de um Brasil e um Planeta de Todos e de Todas.

Considerações Finais

Qual é o nosso referencial teórico?

É a Bíblia e o Alcorão! É Budha e Lao Tsé!

É Marx e Thoreau, Gandhi e Malatesta, Trotsky e Mão Tsé Tung, Anthony Giddens e Boaventura de Souza Santos.

Paulo Freire e Carlos Brandão, Rubem Alves e Eda Tassara.

Rousseau e Comenius, Freinet e Ferraro, Tamaio e Silva.

Uns conhecidos, outros nem tanto. Uns anarquistas outros liberais.

Uns comunistas outros socialistas.

Certamente humanistas, românticos e radicais.

Ecologistas ou ambientalistas, educadores ambientais, populares ou impopulares.

Fermentam idéias e apaixonam corações. Desafiam intelectualmente a construirmos o caminho ao andar.

Há muitos referenciais e o principal deles é o do compromisso com a Vida. Compromisso com o “gente é pra brilhar”. Com a educação de dentro para fora e de fora para dentro. Com a emancipação humana nas relações sociais.

Três convicções:

Toda educação, ou é ambiental ou não é educação!

Toda ação ambientalista, ou é educadora ou não é ambientalista!

Toda educação ambiental, ou é popular ou não é transformadora!

Transformar o diversionismo cotidiano, que ilude os nossos sentidos mas não toca fundo os nossos corações (MARSHALL BERMAN, 1987), não potencializando as nossas ações para superar os problemas socioambientais locais e globais.

Construir políticas públicas nacionais e internacionais capazes de envolver a todos e a cada um dos humanos nesta missão pela VIDA.

Enraizar e expandir!

Enraizamento que procura estimular a todos e a cada um e a cada uma, a serem educadores e educadoras ambientais populares, trabalhando-se interiormente, promovendo círculos de aprendizagem sobre a questão ambiental e de qualidade de vida e atuando na construção local de uma cidadania planetária. Agregando forças, sinergizando com todos os atores sociais e sujeitos da base territorial onde atuam para se auto-alimentarem contínua e permanentemente no enfrentamento das forças da degradação e da morte.

Tal enraizamento passa pela consolidação dos Sistemas Nacionais, Regionais e Comunitários de EA, envolvendo as Redes de Cidadania e as Comissões Interinstitucionais de EA, em cada região geopolítica ou geofísica. Envolve um Órgão central e transversal, Gestor da Política Nacional de EA e uma instância colegiada associada a ele, de controle social do Estado e de promoção da participação dos distintos setores da sociedade.

Núcleos de EA dos órgãos federais, disseminados pelo país, e uma rede descentralizada de Fundos Socioambientais podem promover a democratização do acesso a recursos e programas dos governos centrais.

Outro elemento essencial no aprofundamento e radicalização da EA

realizada em cada país, é a criação e alimentação de um Sistema Nacional de Informações em EA que contemple a comunicação por meios digitais e em rede e a ampliação da interatividade entre receptor e emissor das mensagens nos meios de comunicação de massa, ampliando as possibilidades para todos comunicarem suas propostas e reflexões.

As Conferências e Fóruns de Meio Ambiente e de EA, em diálogo com as instâncias de coordenação das políticas públicas, programas e projetos nacionais, regionais e locais de EA., bem como uma rede capilarizada de coletivos de instituições educadoras para dar suporte permanente e continuado a tribos de convivencialidade dispostas a pensar e atuar em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, são outros ingredientes fundamentais para avançar-se na educação ambiental em cada país.

Para fortalecer a criação e o funcionamento desses Sistemas e Políticas Nacionais de EA é fundamental também o avanço do diálogo e a coordenação das ações entre os países. Só seremos capazes de enfrentar os grandes desafios socioambientais planetários se soubermos exercitar esta arte de agir sincronicamente para dentro, até as raízes de cada tecido social e para fora, até uma grande convenção planetária que estabeleça mais do que Convenções, verdadeiros Pactos de Responsabilidade escritos com o próprio suor, sangue e amor dos bilhões de humanos que ainda habitam o Planeta.

Começemos pelos países de língua portuguesa e galega. Convidemos os hispânicos e logo em seguida os demais de origem latina. Certamente as demais comunidades lingüísticas do Planeta se mobilizarão paralelamente e assim conseguiremos não apenas deter as piores conseqüências do aquecimento global, dentre elas as medidas autoritárias que já começam a se delinear, mas cultivaremos a solidariedade e a paz sincrônica e diacrônica com a nossa e com todas as demais espécies com as quais temos a oportunidade de compartilhar este Planeta.

Bibliografia de Referência

- ALVES, Rubem. *Conversas com quem Gosta de Ensinar*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo/1, Cotez Editora e Autores Associados, 20edição, São Paulo, 1985 - 87 pág.
- BARBIER, René. *A Pesquisa – Ação*, Série Pesquisa em Educação/3. Brasília: Líber Livro Editora, 2004 - 159 pág.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 - 360 pág.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999 - 252 pág.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. *Formando COM-VIDA*. Ministério da Educação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: MEC, 2004.
- BOSQUET, Michel (André Gorz). *Ecologia e Liberdade*. Coleção O Direito à Diferença. Editorial Veja: Lisboa, Portugal, 1978 - 73 pág.
- BUNCH, Roland. *Duas Espigas de Milho - uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994 - 221 pág.

- CARIDE, José Antonio e MEIRA, Pablo Angel. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Coleção Horizontes Pedagógicos/107. Lisboa: Instituto Piaget, 2001 – 302 pág.
- CROALL, Stephen e RANKIN, William. *Ecologia*. São Paulo: Proposta Editorial, Coleção Conheça. 1edição inglesa, 1981 – 174 pág.
- DELORS, Jacques (coordenador). *Educação – um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. 2edição, São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO e MEC, 1999 – 288 pág.
- ESTEVA, Joaquin (coordenador). *Educación Popular Ambiental en América Latina*. Red de Educación Popular y Ecología/Consejo de Educación de Adultos de América Latina (REPEC/CEAAL), Pátzcuaro, Michoacán, México, 1994 – 148 pág.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42edição, Coleção Questões da Nossa Época/13, São Paulo, Cortez, 2001 – 87 pág.
- FREIRE, Roberto. *Pedagogia Libertária*. São Paulo: Sol&Chuva Editora Clacyko, Coleção Paidéia/1, 1996 – 63 pág.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. Editora Moraes, São Paulo, 1986 6edição revista Coleção Educação Universitária – 142 pág.
- KRISHNAMURTI, Jiddu. *Novos Roteiros em Educação*. São Paulo: Editora Cultrix, 2edição revista e melhorada, 1980 – 131 pág.
- LAGO, A. & PADUA, J.A. *O que é Ecologia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública – A pedagoga crítico-social dos conteúdos*. Coleção Educar/1. São Paulo: Edições Loyola, 1984 – 149 pág.
- LOBROT, Michel. *Animação não diretiva de grupos*. São Paulo: Moraes Editores, 1977 – 247 pág.
- LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. 4edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005 – 96 pág.
- LUTZENBERG, José. *Ecologia – do jardim ao poder*. Coleção Universidade Livre/17. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1985 – 102 pág.
- McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1992.
- MINC, Carlos, *Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades*. Coleção Fazer/11, Editora Vozes/Ibase: Petrópolis, 1985 – 100 pág.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- OSÓRIO, Jorge e WEISTEIN, Luis (editores), *El Corazon Del Arco Íris – Lecturas sobre Nuevos Paradigmas em Educación y Desarrollo*. Consejo de Educacion de Adultos de América Latina (CEAAL), Santiago, Chile, 1993 – 298 pág.
- PIAGET, Jean, *Para onde vai a educação?* Tradução Ivette Braga, Livraria José Olympio Editora e Unesco, 3edição, Rio de Janeiro, 1975, 96 pág.
- QUINTAS, José Silva. *Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente*. Coleção Meio Ambiente Brasília: Edições IBAMA, 2000 – 161 pág.
- SANTOS, Boaventura de SOUSA, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna – Rio de Janeiro: Graal, 2000, 3edição, 176 pág.*
- SANTOS, Boaventura de SOUSA, *Um Discurso sobre as Ciências – Edições Afrontamento Porto, Portugal, 13 edição: abril de 2002, 59 pág.*
- SANTOS, Boaventura de SOUSA, *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 3edição – São Paulo: Cortez, 1997, 348 pág.
- SATO, Michele e CARVALHO, Isabel. *Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005 – 232 pág.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 26edição, Campinas: Editora Autores Associados, 1992 – 104 pág.
- SCHUMACHER, E. F. *O Negócio é Ser Pequeno (Small is Beautiful) – Um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 – 261 pág.
- SORRENTINO, M. (Coord). *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.
- SORRENTINO, M. “De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil”. In: QUINTAS, J. S. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, volume 3, 2000. (Coleção Meio Ambiente). Série Educação Ambiental.